



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 1

## **ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROJETO DE LEI 045/2017, QUE DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA FABRICAÇÃO, ARMAZENAMENTO, COMERCIALIZAÇÃO, MANUSEIO E UTILIZAÇÃO DE FOGOS DE ARTIFÍCIOS, ARTEFATOS PIROTÉCNICOS DE EFEITOS SONOROS OU QUE CAUSEM POLUIÇÃO SONORA NO MUNICÍPIO DE SUZANO.**

Ata da Sexta Audiência Pública realizada na Câmara de Vereadores “Palácio Deputado José de Souza Cândido”, nas dependências do Plenário “Francisco Marques Figueira”, cujo prédio fica situado na Rua dos Três Poderes, nº 65, Jardim Paulista. Ao décimo nono dia do mês de setembro de dois mil e dezessete, às dezenove horas e vinte e quatro minutos, deu-se início à Sexta Audiência Pública, sob a Presidência do Ver. Lisandro Luis Frederico – (Lisandro da ONG PAS), Presidente da Comissão de Proteção e Bem-Estar Animal, que, em nome de Deus e da Pátria, declarou aberta a sessão e anunciou: “Esta Audiência Pública tem por objetivo a discussão do Projeto de Lei nº 045/2017, que dispõe sobre a proibição da fabricação, armazenamento, comercialização, manuseio e utilização de fogos de artifícios, artefatos pirotécnicos de efeitos sonoros ou que causem poluição sonora no município de Suzano. Esta Audiência Pública é uma solicitação da Comissão de Proteção e Bem-estar Animal.” O presidente convidou para comporem a mesa os vereadores da comissão de Proteção e Bem-Estar Animal, a Ver<sup>a</sup>. Gerice Rego Lione – PR (Esposa do Prefeito da Academia), Relatora e o Ver. Ver. José Silva de Oliveira – PMDB (Zé Lagoa), Membro. Convidou as autoridades para discutirem o projeto: Advogado representantes de empresas de fogos de artifícios, Dr. João Maurício Marques da Silva; representante dos lojistas de fogos de artifícios de Suzano, Douglas Moreno; presidente da Assobrap, Eduardo Tsugyama; psicóloga e musicoterapeuta do CAPS infanto-juvenil entrelaços de Suzano (SMS), Débora Priscila Panhoto; médica veterinária, Dra. Alessandra Digenova; juiz de direito, Dr. Sandro Cavalcanti Rollo; presidente da Comissão de Proteção e Defesa Animal da 55ª subseção da OAB, Dra. Ariana Anari Gil e representante dos idosos, Sr. Carlos Alberto Fernandes. Registrou a presença do secretário de segurança, Dr. Fátimo. Agradeceu as presenças dos vereadores: Rogério Gomes do Nascimento – (Rogério da Van), Ver<sup>a</sup>. Neusa dos Santos Oliveira - Neusa do Fadul, Max Eleno Benedito – (Max do Futebol), José Carlos de Souza Nascimento – (Zé Pirueiro), Joaquim Antonio da Rosa Neto – (Joaquim Rosa) e André Marcos de Abreu – Pacola. O presidente esclareceu a todos como seria feita a dinâmica da audiência, acordada com os representantes das empresas favoráveis e contrárias ao projeto: “Cada um dos representantes terá 10 minutos de fala, intercalados, sendo que apenas dois dos representantes terão um tempo adicional de 10 minutos, totalizando 20 minutos, juiz Dr. Sandro Rollo e o presidente da Assobrap, Eduardo Tsugyama. Após a fala de todos os representantes desta mesa, vamos abrir espaço para que a população possa participar, fazendo perguntas aos representantes nesta mesa. Para isso, na galeria, serão entregues papéis, para que sejam escritas as perguntas que serão lidas e respondidas pelos



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 2

representantes. Gostaria de deixar o espaço aberto para que, a qualquer momento, os vereadores da Comissão que quiserem participar do debate. Para justificar o projeto vou assumir a tribuna para explicar os meus objetivos em apresentar o Projeto de Lei nº 45/2017, que proíbe a comercialização dos fogos de artifícios no município de Suzano. **Com a palavra Ver. Lisandro Luis Frederico – PSD (Lisandro da ONG PAS):** “Boa noite a todos, mais uma vez, antes de iniciar a minha fala, gostaria de agradecer uma surpresa que tivemos há poucos minutos, uma página da cidade que muita gente conhece como “Suzano Hoje” iniciou uma enquete deste projeto de lei com bases nos termos já apresentados por este parlamentar, e até às 19h15, este projeto apresentou 351 posições da população favoráveis ao projeto, e 149 posições contrárias. Para falar sobre o meu projeto, eu trouxe um vídeo explicativo, porque o objetivo quando apresentado não era geral o embate de opiniões dentro da cidade, mas sim realçar direitos de pessoas que vivem na cidade de Suzano e hoje sofrem com o resultado dos artefatos pirotécnicos com estampido. Hoje, o projeto tem como objetivo é eliminar qualquer tipo de fogos com barulho. Por isso, eu quero reforçar que o projeto continua permitindo a comercialização de fogos de artifícios pelas empresas, desde que não causem estampidos que prejudiquem as pessoas. E para justificar o projeto nada melhor do que apresentar um vídeo. Peço que o funcionário da Casa exiba o vídeo produzido, nesta semana, em que mostra a situação de várias pessoas que são vítimas dos artefatos.” (O vereador pediu para que as torcidas que estavam na galeria reduzissem o barulho para que todos pudessem ouvir o vídeo a fim de discutirem o projeto.) Exibição do vídeo, explicando as consequências dos fogos de artifícios. **O Ver. Lisandro Frederico retomou a palavra e manifestou:** “A explicação técnica que foi dada aqui sobre os fogos de artifícios, as explicações melhores que são estas testemunhas, a melhor forma de expor o impacto que ocasiona em idosos com mal de Alzheimer, ou tipos de demência, nos animais, nas crianças autistas, inclusive, nos problemas que temos com o meio ambiente, é por estas pessoas que eu gostaria de pedir que esta Audiência Pública tivesse organização e espaço para que todos falem. Gostaria de pedir, mais uma vez, o apoio da comissão que é contrária ao projeto, se possível, conversar com os manifestantes para que a gente consiga promover o objetivo que é o debate. Esta audiência não vai definir se o projeto vai ser aprovado ou não, mas esta audiência é uma forma legítima de o cidadão suzanense se expressar. E para haver essa expressão acho que precisamos de organização. Toda expressão é válida, principalmente, as visuais, mas acredito que os palestrantes que vieram aqui hoje e, muito gentilmente, vão explicar o projeto merecem um pouco de espaço e de atenção de todos, para que isso não prejudique a explanação da equipe que é contrária ao projeto. Mais uma vez eu peço, se for possível, quem estiver fazendo a organização das torcidas que abram este espaço para discutirmos, pois estamos vivendo um momento legítimo, importante para o debate de um projeto. Para isso precisamos de no mínimo de organização e respeito aos parlamentares desta Casa. Finalizando o meu discurso, para dar continuidade vou chamar a médica veterinária Alessandra de Genova que vai apresentar de forma técnica o impacto que os fogos de artifícios ocasionam nos animais. Obrigado, boa noite.” **Com a palavra a Dra. Alessandra:** Gostaria de cumprimentar a todos. Boa noite. Cumprimentar o Vereador Lisandro que me fez o convite gentilmente e gostaria de



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 3

conversar um pouco, explicar sobre os animais domésticos, que nós entendemos que são os cães e gatos. Quando nós pensamos nos animais domésticos sencientes. O que seriam seres sencientes? Seres sencientes são como os seres humanos que são seres que têm sensações, sentimentos de dor, de medo, de angústia, de alegria, de amor. E hoje eu gostaria de deixar a Alessandra veterinária, de cantinho, e falar da Alessandra mãe. Vou explicar por quê. Eu tenho dois filhos, um de quinze e um dez anos, mas eu me lembro muito bem de quando eles eram crianças que sofriamos muito com eles por causa dos fogos. Viajávamos para o litoral para ver os fogos, mas na verdade eu passava trancada dentro do quarto com as crianças, com um travesseiro na cabeça, esperando que tudo passasse. Por que eu estou comentando isso? Porque nós podemos comparar os animais com crianças de 3 a 5 anos que têm sentimentos. Meus filhos foram crescendo, o tempo foi passando, eles foram acostumando com os fogos. Começaram a olhar pela janela, acostumaram, tiveram maturidade para entender. Mas os animais não têm. Eles se tornam adultos, continuam pensando, tendo sentimentos, tendo sensações de crianças de 3 a 5 anos. Então, o animal se torna adulto com 5, com 10, com 15 anos e continuam tendo sentimentos de como uma criança de 3 a 5 anos, mais ou menos. Gostaria de compartilhar com vocês sobre a audição dos animais. Nós seres humanos temos a capacidade de 4 a 6 vezes a menos que os animais. Eles escutam de 4 a 6 vezes a mais que o ser humano. Então, com estas duas informações, podemos perceber o quanto os animais sofrem com os fogos de artifícios. Eles são seres sencientes e escutam 4 a 6 vezes a mais que nós. Gostaria de relatar alguns sintomas clínicos que os animais apresentam. Quando eles estão em situações dos fogos de artifícios eles têm nervosismo, tremores, convulsões, salivação em excesso, taquicardia, eles ficam ansiosos, nervosos, agressivos e podem até ter uma parada cardiorrespiratória, vindo a óbito. E com esses sintomas todos que os animais apresentam, o que acontece? Eles tentam fugir, sair de alguma forma do quadro em que se encontram. Eu tive um caso de um animal, um fila, os proprietários viajaram, deixaram o animal com os cuidados merecidos, mas esse animal foi pular a grade e com aquelas lanças, ele ficou com a cabeça enfiada na lança. Então, imaginem a cena, um fila, um cachorro enorme pendurado numa lança, agonizando, o portão cheio de sangue e toda rua participando daquilo. Acabou com o Reveillon de muita gente. Foi muito triste e assustadora a cena dos moradores da rua. E casos de enforcamentos. Às vezes o proprietário amarra o animal para que ele fique em segurança, mas na verdade ele se enforca no desespero que ele está sofrendo. Casos de afogamento em piscina, atropelamento de animais de rua, por exemplo, eles sofrem com maus tratos, eles são seres sencientes, como já disse, eles acabam passando o dia sofrendo aquele stress e no final do dia se deparam com fogos de artifícios. E aí era o que faltava para ele desencadear uma agressividade. E depois quando ele morde alguém na rua, ninguém entende por que esse animal atacou alguém que estava passando por perto. Gostaria de deixar a importância deste projeto de lei em relação aos animais e dizer que é muito importante para o nosso município. Obrigada.” (aplausos) O Ver. Lisandro registrou e agradeceu a presença da vereadora de Mogi das Cruzes, Fernanda Moreira, ativista da causa animal; a presença do Sr. Paulo Campos da Odepa, Guarulhos. A seguir foi chamado para falar o representante dos lojistas de Suzano. – O presidente pediu



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 4

para que os manifestantes respeitassem mantendo-se em silêncio para que ninguém fosse prejudicado com a interrupção da audiência. – **Com a palavra Douglas Pontes Moreno:** “Primeiramente, boa noite a todos presentes. Boa noite a todos da Mesa. Meu nome é Douglas Moreno, estou representando a classe trabalhista de Suzano. Não vou entrar no quesito de leis, porque após a minha palavra vai ter algumas pessoas mais competentes para isso. Queria frisar para todos os participantes vereadores, que eu lendo este projeto de lei é visível que não teve embasamento algum em nenhuma norma técnica do assunto. No texto do projeto de lei proíbe os fogos de artifícios de estampido. Caros Vereadores, todos os fogos têm estampido! Não tem como proibir fogos de estampido. Aquela biribinha que vocês, talvez, já deram para o neto, filhos, sobrinhos de vocês, jogou-a no chão, faz o barulho de estampido. Não deixa de ser fogos de estampido. Então, a gente vê que não teve embasamento técnico algum. Permite o foguete visual. Em muitos foguetes visuais o estampido que ele dá para jogar a bomba para cima, às vezes, é muito mais forte do que um foguete, vamos dizer de um modo popular, o 12 X 1, que é um dos menores foguetes que temos no mercado de estampido, entendeu? Então, primeiramente, acho que quando uma pessoa for escrever um projeto de lei ela tem de ter, pelo menos, um embasamento técnico para isso, para que não venha ocasionar mais problemas. Por outro lado, olhando para o meu lado de comerciante do município isso vai ocasionar um impacto muito grande no desemprego na cidade. Só a minha loja, no final do ano, que é a temporada maior, ela emprega mais de dez pessoas, temporárias. Vou um pouco mais além, há uma cidade do país, Santo Antonio do Monte, Minas Gerais, que tem um polo industrial maior da América Latina no quesito fogos de artifícios. Nessa cidade, direta e indiretamente, tem 87 fábricas envolvidas no ramo da pirotecnia. Isso dá emprego para mais de 25 mil pessoas. (Manifestação na galeria) Então, isso vai acabar ocasionando um impacto muito grande. Desculpe-me, Sr. Vereador, a minha grosseria, antes de tirar um emprego de um pai de família, que é o que vai acontecer, eu prefiro ter um pai de família empregado a olhar para este lado que o projeto de lei está reivindicando, tá? Indo por outro caminho, vamos falar a realidade: hoje entra Copom da cidade, uma ocorrência de baile funk, qualquer tipo de ocorrência que precisa da intervenção da polícia militar, como que esses policiais militares vão ter a força para chegar intervir essas pessoas que acabam fazendo esse tipo de movimento? Ele vai chegar como, assobiando, como uma assessora do senhor colocou nas redes sociais, que prefere ouvir assobio a que fogos de artifícios no final do ano? Infelizmente, é a realidade nossa. Então, é um projeto muito sem noção alguma. Não tem cabimento do começo ao fim. Eu quero que cada um de vocês, Vereadores, principalmente, a população aí fora também, vejam por esse caminho o impacto que isso vai dar. Vou um pouco mais além, o fato de a proibição de foguete por estampido não vai proibir a minha loja de fogos funcionar. Está certo, Sr. Vereador? Porém vai dar margem à minha loja, que é credenciada há vinte anos no mercado, eu não vou ter foguete de estampido, porém a pessoa que vende clandestinamente vai ter. Isso vai dar uma margem muito grande, porque o clandestino não se preocupa em armazenar o foguete em local apropriado; ele não se preocupa em vender o foguete para o menor de idade; ele não se preocupa em vender o foguete a uma pessoa que está embriagada. Então, a margem de acidentes vai ser muito maior. Esses vídeos que foram





# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 5

apresentados, tenho absoluta certeza de que se fosse comprado numa loja credenciada, o vendedor, como todos os vendedores de fogos de artifícios credenciados, passa por um treinamento de curso anual para orientar o cliente a soltá-lo de acordo com o artefato que ele está usando no seu local exato, para que não haja acidente, e o clandestino não vai fazer isso. Ele vai por os fogos dele no quartinho no fundo junto com materiais elétricos expostos que podem ocasionar acidente muito grande. Então, vamos ir pela linha que realmente a população de Suzano está precisando, que é Saúde, Educação, Segurança. Em uma das nossas reuniões com o Vereador e com a sua comissão, um dos assessores dele sugeriu que a gente vendesse os fogos que existem na Disney. Desculpa, uma ou outra posição: ou ele nunca foi à Disney ou quando ele assiste as apresentações da Disney pela televisão fica no modo mudo. Vocês sabem por quê, minha gente? Porque ele disse que os fogos da Disney não fazem barulho. Isso não existe! Agora, se é para irmos por este caminho, vamos ter a educação que Disney tem, vamos ter a Saúde que a Disney tem, vamos ter a Segurança que a Disney tem, porque, infelizmente, aqui na nossa cidade e nação inteira não tem. Encerro a minha palavra aqui, pedindo a colaboração de todos para que não venha acabar com essa classe trabalhista, porque muita gente precisa trazer o pão de cada dia para dentro de casa. Obrigado.” (Manifestação intensa na galeria.) **Ver. Lisandro:** “Agradeço a fala do Douglas Pontes Moreno, representante dos lojistas de Suzano. Este momento parlamentar é importante para que todos possam expressar sua opinião e como ele mesmo falou educação é importante, principalmente, em respeito ao debate ao espaço na tribuna, até por isso, gostaria de lhe pedir, Douglas, que nas próximas manifestações você pedisse ao pessoal não se manifestar para não atrapalhar em respeito e educação senão no tempo de interrupção da sessão, vamos tirar o tempo de fala dos representantes contrários ao projeto, tendo em vista que o tempo é para eles. Para dar continuidade chamo à tribuna a psicóloga, musicoterapeuta do CAPS infanto-juvenil entre laços de Suzano, Débora Priscila Panhoto. Antes, agradeço presença do Armandinho, defensor dos animais, de São Paulo; Telma Ceolim defensor animal de Itaquá, da ONG Amparo Animal.” **Com a palavra a Débora Priscila Panhoto:** “Boa noite a todos e todas. Em primeiro lugar, eu quero que vocês saibam que eu estou aqui só para trazer um dos aspectos da história, mas eu não estou contra ninguém. Tenho o maior respeito por todas as famílias que estão aqui, por todos os trabalhadores da área. Escutei a fala do colega, com muito respeito e atenção. Acho que quando se tem um impasse, temos de escutar todos os lados com muito respeito, para que todos possam entender o todo e possa se tomar a melhor decisão. Eu não quero tomar nenhum partido, mas quero por aqui, enquanto profissional da saúde, alguns aspectos do transtorno do espectro do autismo. Um público com que eu trabalho há mais de vinte anos. Trabalho com autistas e suas famílias. Gostaria de pedir que possam me escutar com o mesmo respeito que eu tenho por vocês, e mesmo que não concordem, tudo bem. Acho que depois vai haver um momento em que os vereadores vão tomar a decisão e eu respeitarei o que vier. O primeiro aspecto é de que de todas as percepções humanas o som e aquilo que nos invade completamente. A gente não tem como impedi-lo de entrar. Então, o som que está sendo feito lá fora invade aqui (cabeça) dentro. Ele se impõe com o seu poder. Mesmo que a gente tampe os ouvidos, conseguimos escutar o que está fora.



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 6

Diferente do que eu estou vendo; se eu não quero ver, eu fecho os olhos. Os olhos me impedem de ver. Se alguém me toca e eu não gosto desse toque, eu me afasto. Se eu experimento uma coisa amarga que eu não goste, eu cuspo. Agora o som, das percepções humanas, ele tem outro poder. Ele invade. Ele contamina. Até mesmo pessoas com deficiência auditiva, frente a determinadas frequências sonoras, elas sentem a vibração. Então, a gente está falando de algo de muito poder: o som. E neste sentido, as pessoas com transtornos do espectro do autismo, que é um transtorno de neurodesenvolvimento, os critérios diagnósticos envolvem as pessoas com prejuízo na comunicação: na fala e linguagem; prejuízos na interação social; interesses restritos e movimentos estereotipados e principalmente, acho que o que nos cabe aqui, as alterações sensoriais. As pessoas com autismo têm um cérebro com um funcionamento diferente das pessoas que não são autistas. As pessoas com autismos têm um cérebro hiperestimulado. A forma de organizar as informações, que chegam do ambiente, funciona diferente. A gente faz uma coisa de cada vez. Mesmo fazendo muitas coisas, a gente muda muito rápido. Nosso cérebro muda de atividade rapidamente. A pessoa com autismo geralmente não vai agir dessa forma. Ela recebe as percepções do ambiente e o processamento da informação se dá por sobrecarga. Por isso que é muito comum vermos autistas fazendo movimentos estereotipados, porque é como se ela estivesse hiperestimulada e ela expressa pelo corpo. O que acontece no caso das alterações sensoriais, principalmente, na questão do som? A pessoa escuta o som, principalmente, em determinadas frequências mais intensa, e isso provoca dor. Existem muitos níveis de autismo: vai do leve até o nível mais grave. Quando a gente tem uma criança com nível leve, a gente ainda consegue negociar algumas coisas com ela, o uso de fones, algumas proteções. Mas quando você tem crianças com níveis mais graves, severos, essa criança não tem a condição intelectual para conseguir se proteger. Então, é quando as crises, que são desencadeadas por causa dos eventos sonoros, conduzem a essa dor intensa, e elas podem se morderem, elas podem se machucar. Machucar quem tentar ajudá-la. Você não consegue por um fone, uma proteção. Isso acontece de uma forma muito intensa. E quando a gente fala de uma criança com problemas dessa ordem, a gente está falando de toda uma família. É uma família que acaba se mobilizando inteira para cuidar disso. Nesse sentido, quando a gente pensa no coletivo, acho que o mundo só é bom quando é bom para todo mundo. Espero que quando a gente considera o problema do outro e possa encontrar um caminho que possa ser bom para todos, sempre o melhor caminho. Entendo que tem as questões das famílias, das pessoas que trabalham nessa área, entendo também que o ser humano é muito criativo, e quando a gente considera a problemática do outro, como algo a ser cuidado, quem sabe não é possível encontrar uma nova tecnologia, quem sabe não há uma mobilização para que se possa encontrar outro caminho, que se possa ter as festas, que se possa ter fogos, mas que se proteja essa questão sonora! Porque o som invade, você, muitas vezes, não tem como se proteger dele. Nós até tínhamos um relato de um paciente que sofre bastante com essa questão, que essas coisas existem, que a família sofre. Talvez, em outro momento vocês possam ter acesso a esse material. Eu trouxe um vídeo, bem curto, de uma associação britânica em defesa da pessoa com autismo, para mostrar como é a percepção sonora dela, com essas alterações sensoriais. Se



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 7

vocês puderem observar, prestar atenção para ver que outras pessoas sofrem bastante. Desejo muito que a gente encontre um caminho que fique bom para todos. Obrigada.” (aplausos). Foi posto o áudio de fogos de artifícios. **O Vereador Lisandro disse:** “Este é o resultado do estampido dos fogos de artifícios nos ouvidos das crianças autistas, que é somente um dos segmentos da sociedade que são prejudicados por esse discurso recentemente formulado capitalista que sobrepõe a necessidade de outras pessoas. Por isso a importância do debate de a gente entender o interesse de todos aqui.” A seguir, foi chamado a discursar o advogado, representante de empresas de fogos de artifícios. **Com a palavra o Dr. João Maurício Marques da Silva:** “Boa noite, Mesa, boa noite, Vereadores, boa noite a toda população de Suzano presente. Exercito a advocacia há dez anos. Pela primeira vez, tenho a honra de falar nesta Casa. Cumprimento também o Dr. Sandro, do juizado de Arujá. O que acontece? Nós fomos verificar o aspecto legal dessa lei. Acho que é um ponto muito importante. Algumas cidades chegaram a ter este projeto de lei muito parecido, votado e entrado em vigor. E o próprio Poder Judiciário, por meio de medidas liminares impediu a efetividade desta lei. Podemos citar as cidades de Santos, Indaiatuba, Itapetininga, São Manuel e Porto Alegre. Houve cidades que o projeto foi vetado pelo prefeito como em Americana, Araçatuba e Taubaté. Algumas cidades sequer o projeto foi à votação, sendo arquivados ou retirados. Entre eles podemos mencionar Araraquara, Jacareí, Jundiaí, Limeira, Osvaldo Cruz, Salto, Santa Bárbara do Oeste, Vinhedo e São Paulo, que, inclusive, era da autoria Claudinho de Souza. Um dos projetos usados como base como este que apresentado nesta Casa agora foi o de Porto Alegre, o qual foi revogado no dia 13 de setembro, semana passada, com a fundamentação dada pelo Vereador Dr. Tiago, que disse entre parte da sua fundamentação: “Essa medida impede a criação de empregos, gera desemprego, impossibilita a arrecadação de impostos pelo poder municipal. O que acontece? Eu como jurista fui fazer uma pesquisa, a pedido dos comerciantes aqui de Suzano, e verifiquei que existe um decreto federal de nº 3665/2000, que regulamenta a fiscalização de produtos controlados. Entre esses produtos controlados, conforme está no artigo 3º deste decreto, o inciso 52 estão os fogos de artifícios. Então, ele, inclusive, classifica o que viria a ser fogos de artifícios, que é uma designação comum de peças pirotécnicas preparadas para transmitir a inflamação, a fim de produzir luz, ruído, incêndio ou explosões. Esse mesmo decreto diz, em seu artigo 19, que cabe ao Exército autorizar e fiscalizar a produção e comércio desses produtos controlados. As atividades de registro têm a diretoria de fiscalização de produtos controlados em nível federal, que faz o controle desse tipo de artifício. Um decreto anterior, o 4238/1942 que foi recebido pela atual Constituição Federal vigente em nosso país e a qual a gente espera que esta Câmara mantenha o seu respeito, diz em seu artigo primeiro. Art. 1º. Caput: “São permitidos em todo o território nacional a fabricação, o comércio e o uso de fogos de artifícios, nas condições estabelecidas neste decreto lei.” Existe uma série de regulamentações para que sejam feitas fábricas de fogos de artifícios, e em nossa cidade não nem esse o mérito. É proibido, inclusive, por este mesmo decreto de lei, a comercialização e queima de balões. Se o objetivo do poder federal fosse vetar a parte de fogos de artifícios ele também estaria contido neste artigo 8º, que proíbe a parte dos balões. Inclusive, o artigo 10 menciona que todo o comércio particular não pode sequer



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 8

expor esse tipo de artefato, que são os fogos de artifícios, exceto se tiver a regulamentação pelo Exército. Então, Senhores, temos de verificar o porquê deste projeto de lei não vem vingando nas cidades do nosso país. A discussão está sendo feita na esfera errada. Muitas vezes como cabide de campanhas de muitos vereadores. O que eles fazem? (Manifestação na galeria). Prometem algo com a devida vênia, e o devido respeito, por, às vezes, serem mal assessorados e não saberem que aqui nesta Câmara, nesta Casa não podem ser discutidos esse tipo de assunto muito delicado. O assunto é delicado. Eu entendo o outro lado. Eu estou aqui como jurista, mas não há nenhum cabimento. Inclusive, uma decisão recente do Superior Tribunal de Justiça, no recurso 1648258, do Rio de Janeiro, quando houve uma explosão, referente a fogos de artifícios, condenou o Estado e a União a indenizarem as famílias, alegando que cabia a ela fazer a fiscalização. E o município onde aconteceu o acidente também foi responsabilizado, pois caberia a ele a verificação da instalação dos depósitos de armazenamento. Essa é a função que o município de Suzano tem de exercer. É simplesmente o monitoramento de onde está sendo armazenado. Como disse o Douglas, com muito mais perspicácia, com muito mais conhecimento de causa, o comércio irregular é o grande vilão aqui. Vocês fecharem e nós não temos nem poder, nem formas de como acompanhar a efetividade desta lei. Esta lei vem, simplesmente, para fechar empregos lícitos, criados nesta cidade e estimular clandestinidade. A Constituição Federal, algo que acho que nem deveria mencionar aqui, mas acho que temos de lembrar, menciona em seu artigo 22, que compete privativamente à União. Privativamente, legislar sobre direito civil e comercial. Essas empresas aqui, se é uma, se são três, se são mil elas estão amparadas por lei para ter o seu funcionamento. E não pode vir uma lei municipal intervir em algo federal, inclusive, de competência do Exército para fazer a sua atividade de maneira lícita em nossa cidade. (Manifestação na galeria.) Inclusive, este mesmo artigo 22, no seu inciso 21 diz que compete privativamente à União, entre outros, legislar sobre material bélico, sendo os fogos de artifícios assim classificados. O artigo 23, em seu inciso 1º, até peço desculpas de lembrá-los, diz que é competência comum de todas as esferas de poder: União, Estados, Distrito Federal e Municípios zelar pela guarda da Constituição Federal. E francamente, não é isso o que nós vemos hoje com a apresentação deste projeto. (Manifestação na galeria.) O artigo 30 da Constituição Federal a qual não pode ser ignorada por esta Casa, eu como suzanense e que sempre tive endereço aqui e cresci aqui, não acredito que hoje esta Casa vai, simplesmente, ignorar esses artigos da carta magna, presente, promulgada em 1988 com os direitos sociais e direitos de liberdade. É um comércio que é lícito e cabe aos municípios sobre assuntos de interesse local. Essa é uma das competências deste município. Entre eles eu gostaria de ver como eu vi a nobre colega falando aqui das situações das pessoas portadoras de necessidades especiais. Eu realmente gostaria de que estivesse aqui projetos em votação, falando sobre eles para a nossa saúde aqui de Suzano ser preparada para receber essas pessoas portadoras de necessidades especiais. Compete ao município ainda: suplementar a legislação federal. Isso está no artigo 30. Isso é suplementação. A gente não pode criar uma nova ação. E por isso o Judiciário vem derrubando todas essas coisas que vêm acontecendo. Existe um princípio e isso é o respeito que todos pedem. (Manifestação intensa) Eu peço para suspender o meu tempo, e peço que a nobre





# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 9

colega respeite o que é o contraditório e ampla defesa. Conversem com o vereador e da próxima vez peça a palavra e não faça o que senhora está fazendo. A senhora envergonha esta cidade. Eu gostaria que fossem devolvidos dois minutos, por gentileza.” **Vereador Lisandro:** “O tempo não está concedido, tendo em vista que a minha fala e de outros representantes foram prejudicadas por causa de movimentação contrária também”. **O Dr. Marques disse:** “Sim, Senhor, com respeito, não com palavras como ela estava me ofendendo aqui.” **Ver. Lisandro:** “Doutor, eu já combinei com o Douglas, o tempo que for prejudicado, ao final será do outro representante.” **O Dr. Marques retomou a palavra:** “Existe na Constituição Federal uma questão de hierarquia de leis.” **Ver. Lisandro:** “Doutor, gostaria só de fazer uma correção. A pessoa que está pedindo tempo está em defesa do projeto de vocês, então acredito que você mesmo possa pedir mais respeito a ela.” **Dr. Marques retomou a palavra:** “Ok. Existe uma hierarquia dentro das leis. Um decreto federal não pode ser desrespeitado por esta lei município, meus senhores. Inclusive, no processo de Santos que foi divulgado agora dia 28 de agosto, foi confirmada a liminar, porque foi um dos projetos mais badalados, um dos projetos mais falados para quem defende a imposição dessa questão absurda que é a proibição de algo lícito, determinado por lei. O juiz, de maneira muito sábia disse: “A proibição do uso e comercialização dos fogos de artifícios com estampido, pela lei municipal, parece ofender direito líquido e certo dos associados do impetrante – que inclusive foi a Sobrape que nós temos aqui a presença do seu diretor nacional –, tendo em vista de que se trata de matéria que afeta o direito empresarial de competência privativa da União, regulamentada por decretos-lei”. Observem, Vereadores, se há decreto lei recepcionado pela Constituição Federal, autorizando a comercialização e regulamentando-a, o empresário não poderia e não pode ter cerceado o direito a livre concorrência, por proibição do município de forma genérica e total para fogos de artifícios com estampido. Poderia, como foi sugerido em reuniões, o município regulamentar a legislação federal, de acordo com o interesse local, sobretudo quanto à poluição sonora, proibindo a queima de fogos de artifícios em lugares determinados, como hospitais. Já existe esta previsão legal. E esta previsão é simplesmente ignorada, para que se tenha muito mais barulho sobre um projeto de lei que não verifica nenhuma das condições processuais dentro do mundo do direito para sua instauração.” O Ver. Lisandro informou ao juiz que seu tempo já excedera os dois minutos. “E por fim, se vocês conseguirem aprovar esta lei que desrespeita um decreto federal, eu gostaria que no dia seguinte fosse apresentado um projeto de lei aqui que proíba, por exemplo, a comercialização e o fumo aqui em Suzano. Porque se não é para a gente respeitar mais a Constituição Federal, que se derrubem todas as leis e faça de Suzano um novo país. Porque não pode esta Casa desrespeitar a Constituição Federal. E esta é muito clara no que diz a respeito da hierarquia das leis. E com respeito que eu tenho a toda vida animal, realmente, eu gostaria que aqui nós tivéssemos uma saúde una, que as pessoas carentes dos bairros afastados de Suzano tivessem condições de cuidar de sua saúde como muito dos animais das pessoas que estão aqui defendendo este projeto lei aqui hoje fazem. Muito obrigado. Boa noite!” (Manifestação intensa.) A seguir, fora chamado para falar, o juiz de direito. **Com a palavra o Dr. Sandro Cavalcanti Rollo:** “Boa noite a todos, a todas. Eu quero agradecer o convite que me foi feito pela OAB, pelo Vereador



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 10

Lisandro Frederico. Quero cumprimentar os vereadores aqui presentes, o povo de Suzano. Primeira coisa, eu ouvi aqui as pessoas falando que nós deveríamos respeitar os direitos das pessoas que precisam de remédios, de saúde, utilizando os animais como se fossem empecilhos. Porque, se a gente não cuidar dos animais, as pessoas que precisam de remédios, de médicos vão ter esses direitos respeitados. Querendo dizer uma coisa e excluir outra. Isso não é verdade. Também ouvi dizer aqui muitas coisas sobre a lei, temos de respeitá-la. Isso é verdade, mas a lei por si só não se traduz em moralidade. Muitas vezes uma lei permite coisas que são imorais e proíbe coisas que são morais. Lei não é sinônimo de justiça. Lei já converteu em escravidão; lei já permitiu que pessoas fossem escravas. Então, usar esse argumento de que lei, por falta de ser lei, por si só é justo, isso não é verdade. Primeira coisa que eu quero falar aqui é a respeito do mérito da matéria. E o mérito da matéria que é a proibição de comercialização, proibição de fabricação, utilização de fogos de artifícios com barulho, porque é importante a gente ouvir os médicos, os veterinários eles é que têm o conhecimento disso. Eles que estudaram esse assunto. É muito fácil pra gente que não vai sofrer, que não entende desse assunto e simplesmente não ouvir, fechar os ouvidos para o que eles têm a dizer. Primeira questão é o mérito da matéria, que é justamente essa proibição da comercialização e utilização dos fogos. Isso já foi dito aqui de forma muito brilhante pela veterinária que explicou o que acontece com os animais, quando tem os fogos de artifícios com barulho. Isso é o que se busca proibir. Pois bem, o que foi dito aqui é realidade. Os animais sofrem, têm problemas com convulsão, sofrimento.” **Ver. Lisandro:** “Gostaria de que a plateia não se manifestasse tendo em vista que já foi combinado com o Douglas que se for preciso interromper a tribuna de alguns dos que estão apresentando agora, a gente vai reduzir o tempo de tribuna de quem está defendendo os senhores. Peço, por gentileza, que os senhores participem no momento que for oportuno. No final da audiência, os senhores poderão se manifestar. Agora, por gentileza, gostaria de que os senhores respeitassem o juiz que está fazendo uma fala como vocês foram respeitados em outras tribunas.” **Com a palavra o Dr. Sandro:** “Vejam bem, eu tenho respeito por todas as pessoas que estão aqui, todas, os comerciantes, as pessoas que querem utilizar os fogos de artifícios, mas é importante que ouçam as pessoas que têm opinião contrária. Eu ouvi atentamente quem é a favor. É importante que ouçam o outro lado. Quando a gente faz isso e não ouve o outro lado, a gente se baseia no mero preconceito e não por conhecimento. Pois bem, já foi dito pela veterinária os problemas que os fogos causam aos animais, os problemas que os fogos de artifícios com barulho causam também às pessoas, a gente viu ali. E a gente aqui, na verdade, quando vê um projeto de lei que proíbe uma conduta, temos de analisar quais interesses que estão em jogo, que estão em questão. Temos aqui o interesse legítimo, claro das pessoas que querem comercializar os fogos, das pessoas que querem utilizar os fogos. Temos do outro lado o interesse dos seres que não querem ser prejudicados com os fogos, incluo os seres humanos, foi dito aqui os autistas e incluo também o interesse de seres que são totalmente desconsiderados por nós seres humanos, que são os animais não humanos. Neste momento esquecemos a nossa condição de animal, pois somos animais humanos. E acabamos desconsiderando os interesses dos animais não humanos. E quando nós fazemos isso, nós fazemos com base e um



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 11

preconceito chamado especismo, que é desconsiderar o interesse do outro. Preconceito com base na espécie. É assim com racismo, é assim com machismo, desconsiderar o outro. Quando desconsideramos o interesse do outro de não sofrer, nós fazemos com base em preconceito. E aqui, no caso dos animais, o interesse de eles não sofrerem é baseado no senciência. Nós temos isso. Nós seres humanos temos a senciência. Nós temos interesse em não sofrer. Quem gostaria de sofrer? Ninguém quer sofrer. O interesse que nós temos em não sofrer todo mundo. E porque desconsideramos o interesse dos animais de não sofrer? Justamente por causa do especismo, de um preconceito com base na espécie. Portanto, o interesse dos animais tem de ser considerado. Por que não se considera isso? Isso nos torna mais humanos fazendo isso! Gostaria de falar um pouco da questão jurídica, é importante. Foi dito aqui que a Constituição da República proíbe, foi dito hierarquia de leis, pelo jeito a lei do município de Suzano é menor do que uma lei estadual. É menor do que uma lei da União. Isso não é verdade! Os entes federativos têm mesma importância. As leis do município, do Estado e da União tem a mesma importância. Não tem uma lei superior a outra. E a Constituição determina que todos os entes federativas, a União, os Estados e Municípios, o Distrito Federal todos eles têm de proteger o meio ambiente e proteger a fauna. A Constituição manda isso também. No artigo 225, § 1º, inciso VII diz que incube ao poder público proteger a fauna e são vedadas atividades cruéis aos animais. Está na Constituição da República.” (Manifestação intensa na galeria. O Ver. Lisandro interveio pedindo para que os manifestantes se mantivessem em silêncio.) **O juiz retomou a palavra:** “Está na Constituição da República que cabe ao município assim como à União aos Estados ao Distrito Federal a proteção do meio ambiente e a proteção da fauna. E quando a Constituição da República diz que incube ao poder público a proteção dos animais está dando poderes para que o poder público proteja, e o poder maior está na lei. Então, se a Constituição determina que o poder público vede atividades cruéis aos animais, está dando, implicitamente, a possibilidade de legislar na proteção dos animais. Vejam, Senhoras e Senhores, que embora, hoje em dia, pelo menos, momentaneamente, no Poder Judiciário, em geral, esteja uma tese que não seja muito forte ainda, na doutrina do direito ambiental existe o princípio que nessas questões envolvendo meio ambiente, e por que não a fauna, os animais, deve prevalecer a lei mais protetiva, a lei que mais protege a fauna, a lei que mais protege o meio ambiente. Então, se o poder que está mandando é a Constituição, se a União, os Estados não protegem, que façam os municípios! Que Suzano proteja! Assim fazendo, vai respeitar a Constituição da República.” **O Ver. Lisandro Luis Frederico:** “Abro um espaço para o Douglas, que é um dos organizadores dos votos contrários. Douglas você poderia se manifestar? O Douglas não está aqui agora. Onde ele está?” (Foi pedido pelo Sr. Douglas para que todos colaborassem com o silêncio para que pudessem dar continuidade à Audiência.) **O Dr. Sandro retomou a palavra:** “A gente não está aqui numa partida de futebol. A gente está vendo uma lei importante para o município. Volto a dizer, tenho muito respeito por todos que estão aqui. Todos. É importante que ouçam o que o outro tem a dizer. Repito isso. Senhores Vereadores, senhores que são representantes aqui da população de Suzano, os senhores que fazem as leis. Muitas vezes a gente acaba contrariando interesse. Na minha atividade eu faço isso na atividade dos senhores, mas eu



# Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 12

sempre procuro, quando faço minhas decisões, perseguir a Justiça. E essa lei a meu ver, respeitando todos que têm opinião contrária, é uma lei justa. É uma lei justa, porque busca respeitar o interesse dos seres que não têm voz; dos seres que não podem votar; dos seres que não podem falar; que não podem se expressar. E essa lei vem justamente respeitar o interesse desses seres. Quando a gente faz isso, Senhoras e Senhores, nós estamos nos tornando mais humanos. Respeitar o interesse do outro, mesmo que esse outro não nos dê nada em troca para nós. Mas quando a gente respeita o outro, estamos cumprindo um dever de justiça. É verdade que o que foi dito aqui pelo doutor advogado que me antecedeu, que algumas leis estão sendo questionadas na Justiça. Eu não atribuo a isso de forma neutra ao atendimento jurisdicional. Como disse, vigora na sociedade o especismo desconsiderar os interesses animais. É isso que, na verdade, quando tem leis que vão proteger os interesses deles, que essas leis sejam desconsideradas. E eu ponho a questão de Santos, que foi falada, embora o Judiciário ainda está em trâmite, provavelmente, pode ser que haja recurso do Tribunal de Justiça, o Ministério Público, por exemplo, deu um parecer favorável à lei. Vocês podem me dizer então o que adianta fazer uma lei que depois será questionada? A Associação Brasileira de Pirotecnia, provavelmente, vai entrar com um mandado de segurança. Pode ser que consigam reverter, mas a verdade é que hoje no Brasil está se construindo e no mundo, finalmente, estamos começando a perceber que os animais também têm direitos, não só nós temos direitos. O que a gente fez na verdade, de forma muito conveniente, dizer que de todas as espécies animais, os milhões de espécies animais que existem no Planeta Terra, só nós temos direitos. Justamente para poder usar e desconsiderar os direitos dos animais. Mas hoje em dia a gente vê muitas leis, buscando respeitar os interesses animais. Muitas pessoas falando sobre isso. Debates como este aqui, na casa do povo, importantíssimo. Talvez alguns anos isso não acontecesse. Muitas pessoas, eu cumprimento Vossa Excelência, que inseriu isso na sua plataforma, suas propostas para ser um representante do povo, pôs isso como uma bandeira. Coisa impensável há alguns anos. Hoje em dia as pessoas estão começando a ver isso. Lembro também que a questão da vaquejada, por exemplo, também foi levantada isso, mas como é que ficam os empregos? As pessoas nem vão à vaquejada para ver o boi sendo puxado pelo rabo e sofrer várias lesões. As pessoas nem vão ver isso, vão ao show para se confraternizarem. Isso gera dinheiro. É possível se divertir de outra forma. A questão dos fogos de artifícios são aqueles com estampido. Vai continuar comercializar outros tipos de fogos. E essa decisão no Supremo, a ministra Rosa Weber, da mais alta Corte do Judiciário Brasileiro, diz é preciso reconhecermos a dignidade para além do ser humano. Está no voto dela. É preciso que nós reconheçamos a dignidade para além do ser humano. Você pode me dizer o que adianta, Vereador, vir aqui falar sobre isso, ter um mandado de segurança e mudar.” (Manifestação intensa na galeria.) O Ver. Lisandro interveio e disse ao senhor Douglas, que conforme o combinado ele iria retirar dois minutos. Pediu para que o Sr. Douglas interrompesse. **Sr. Douglas manifestou:** “As pessoas que são a favor, peço que respeitem o contraditório. Aqui nós temos uma autoridade, inclusive, uma pessoa de opinião diversa, mas do mesmo jeito que foi respeitado para a gente ouvir, vamos respeitar a democracia e ouvir a opinião do colega até o final, por gentileza.” (manifestação continuou) **O Dr. Sandro retomou**





# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 13

**a palavra:** “Obrigado, agradeço a intervenção. Vou encerrar agora com uma passagem...” **O Ver. Lisandro interveio dizendo:** “Gente, de verdade, o som está vindo lá fora, estamos falando muito de educação. A gente tem lei de silêncio em Suzano, a isso está interrompendo a vizinhança, está interrompendo a Audiência. Acho que precisa parar para dar continuidade com respeito a todas autoridades que estão aqui.” **O Dr. Sandro retomou a palavra:** “Vou encerrar. Quero só citar um pensamento de Eduardo Galeano que ele diz para que serve a utopia. A gente vê utopia no horizonte, dá dois passos e a utopia dá mais dois passos em sentido contrário. A gente deve dar dez passos, e a utopia deve dar mais dez passos no sentido contrário. Para que serve então a utopia? A utopia serve justamente para isso: caminhar. Espero que este projeto de lei seja mais um passo, para que a gente possa, finalmente, reconhecer que existe dignidade para além do ser humano. Muito obrigado.” (Manifestação intensa na galeria.) **O Ver. Lisandro Luis Frederico:** “Obrigado. Agradeço as palavras do Dr. Sandro Cavalcanti Rollo, juiz de direito. Gostaria de na oportunidade de parabenizar o juiz mais uma vez pela ação de Ilha Bela, que pela primeira vez no território brasileiro, um juiz determinou que uma prefeitura desse apoio à causa animal e assim foi reforçado em segunda instância e a prefeitura de Ilha Bela teve de cumprir a determinação do juiz, que de forma muito sensível demonstra a importância da causa animal na sociedade atual. Para dar continuidade ao debate, convido a diretora e presidente da Comissão de Proteção e Defesa Animal da 55ª subseção da OAB.” **Com a palavra Dra. Ariana Anari Gil:** “Primeiramente quero cumprimentar a todos. Agradeço o convite, Vereador Lisandro. Quero cumprimentar a mesa na pessoa do Exmo. Dr. Sandro Rollo, autoridade juiz de direito, que muito nos inspira e estamos juntos no Judiciário. Eu tinha preparado slides, mas resolvi falar de coração. Acho que a gente precisa ser movido por amor. E o que falta é o amor ao próximo. Quando a gente tem a noção de que a gente precisa respeitar o ser humano, respeitar o próximo, a nossa conduta, enquanto cidadãos éticos, muda. E assim que a Ordem dos Advogados do Brasil tem trabalhado. A 55ª subseção tem trabalhado para que todos os direitos dos cidadãos sejam respeitados, para que todos os direitos daqueles que tem vida. Eu vi ali uma faixa das pessoas falando de saúde e é exatamente por isso que estou aqui hoje, para falar da saúde. Mas da saúde única; da saúde que interage, a saúde humana, a saúde animal e a saúde ambiental. Hoje, a saúde única é tão importante para a sociedade brasileira, que o código de ética do médico veterinário foi promulgado para fazer que o médico veterinário trabalhe com a responsabilidade pela saúde única em que as pessoas que falam que você cuidar do animal é preterir a saúde do cidadão está enganando. Isso sim é discurso político, para enganar vocês eleitores. Porque quando nós não temos uma saúde única respeitada, uma saúde única cuidada nós colocamos em risco a saúde dos cidadãos. E é por isso a importância de ter o conjunto. A nossa legislação em momento algum fala em escolha. Jamais! É junção; é dever da coletividade; é dever do poder público cuidar e zelar pela saúde dos animais e pela saúde dos cidadãos, para que tragédias como na Boate Kiss não ocorram. Para quem não está lembrando a Boate Kiss sofreu a tragédia pelo artefato pirotécnico solto dentro do estabelecimento. E depois, não adianta chorar, porque é tarde. Quanto à questão de emprego...” (Manifestação intensa na galeria.) **O Ver. Lisandro interveio e pediu para que a plateia não se manifestasse em respeito à**



# Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 14

Doutora. **A Dra. Ariana retomou a palavra:** “Outra questão importante: muito foi falado em leis, leis hierarquicamente. O mesmo decreto 3665/2000, que brigam pela inconstitucionalidade da legislação supra não tem eficácia absoluta. E por que ela não tem eficácia absoluta? Porque o artigo 112 permite que os fogos sejam vendidos a qualquer pessoa ou de classe A ou B. Porém o Estatuto da Criança e do Adolescente não permite. E aí você aplica o ECA que penaliza a conduta a pena de reclusão de 3 a 6 anos. E é isso que nós queremos: assegurar o direito da criança, o direito do adolescente, o direito dos bebês, o direito dos animais e o direito ambiental. Não menos importante lembrar que Suzano tem uma área 72% de manancial. E nesse caso, nasce a interesse de legislar sobre os fogos de artifícios sim. Porque temos que proteger esse ambiente, porque a Constituição Federal assegura que o meio ambiente é direito de todos os cidadãos desta e das futuras gerações. No mais, estou aqui para explanar com argumentos, porque eu vim de uma educação que diz: melhore os argumentos, não grite. E é isso o que a gente tenta fazer. Trazer numa legislação os direitos que assegure garantias fundamentais dos cidadãos. Essa é a educação que eu tive e é isso que eu quero levar para a minha vida. Eu prefeito o Estado Democrático de Direito aquele que eu ouço as duas partes, pondero ao que no grito não se ganha nada. A nossa legislação é farta, temos o artigo 225 da Constituição Federal e temos o artigo 23 e mais, não podemos nos esquecer de que temos uma lei municipal 1493, que já proíbe a soltura de fogos de artifícios em algumas questões. Sim, ela está no código de postura. Não proíbe em toda municipalidade, mas em algumas questões. Isso é de relevância para o município que precisamos fiscalizar. Outra questão importante, que nasce o interesse de legislar sobre fogos de artifícios, é que temos um comércio na área central. Só que esse comércio está a 400 metros da Escola Lumbini, a 500 metros da APAE e à 600 metros do Colégio Silogeu. E se esse comércio explodir, que a gente sabe que é uma tragédia anunciada, vai respingar nas crianças que ali estão estudando. Isso é fato, é estatística, não sou eu que estou falando, são os estudos.” (Manifestação intensa na galeria.) **O Ver. Lisandro interveio:** “Tendo em vista as manifestações que estamos pedindo respeito, retiramos cinco minutos de tempo de fala. (fala fora do microfone) Mas vocês tiveram tempo de argumentar. (fala fora do microfone) Então, vocês passem a informação para o momento de vocês representarem. Eu dou um minuto de resposta para vocês na sequência, mas vocês precisam pedir.” **A Dra. Ariana retomou a palavra:** “É por estas questões que estamos aqui: lutando pelos direitos e garantias de todos os cidadãos. Não podemos ver uma pequena parte. Quanto ao desemprego, jamais seria conivente. Só que o que se busca aqui é o direito à vida e à dignidade humana. Isso sim é o direito basilar da nossa Constituição Federal. E nós precisamos trabalhos dignos para todos os cidadãos. E por que não o Saspe que tem feito tantos cursos não trazer uma recolocação profissional para aqueles que queiram deixar de correr risco de “vida” e ter direito ao trabalho digno. E é para isso que nós estamos aqui. Nossa lei é farta, nossa lei assegura o projeto sim. O artigo 30 da Constituição é claro que quando se trata de interesse local, o município pode legislar. É obrigação do município cuidar do meio ambiente. É obrigação do município cuidar da Saúde. Só que ninguém está vendo e não entende de saúde única. É preciso abrir a mente e é preciso de ver de outra ótica a saúde única do nosso país. E para terminar, vou parafrasear uma frase de



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 15

Clarice Lispector que diz o seguinte: “Eu esperava fogos de artifícios e esqueci que as estrelas estão no céu.” (Manifestação intensa na galeria.) O Ver. Lisandro agradeceu a Dra. Ariana e convidou o presidente da Assobrap para falar, com dois minutos de redução do seu tempo, por causa das manifestações. **Com a palavra o Dr. Eduardo Tsugyama:** “Por favor, vamos fazer um pouco de silêncio! A nobre doutora nem conseguiu explanar, estava prestando atenção no que a senhora estava falando, do doutor também. Fica difícil falar desta forma. Pessoal, por favor, vamos fazer um pouco de silêncio. Todos têm direito a falar aqui, independente da opinião de cada um. Muito obrigado. Boa noite ao nobre vereador que nos convidou para poder explanar. Agradeço a oportunidade. Acho que todos nós temos de ter respeito, principalmente, pelas pessoas presentes aqui na mesa. Cada um tem a sua opinião, e nós também temos a nossa. Acho que devemos ter respeito. Primeiramente, que agradecer a mesa aqui para amenizar tão ilustres figuras. Muito obrigado. Eu gostaria de deixar bem claro que nós somos contra este projeto e esclarecer um pouco o que são fogos de artifícios. Este projeto em si proíbe totalmente a fabricação, o armazenamento, a comercialização e a utilização de fogos de artifícios e artefatos pirotécnicos de efeitos sonoros que causem estouro e estampido no município de Suzano. Pela nossa forma de ver, ela é totalmente constitucional, porque conforme o nosso advogado já explanou, a nossa Constituição Federal permite a fabricação, a comercialização, o transporte e uso de fogos de artifícios. Por favor, eu só gostaria de esclarecer, vai ser rapidinho. Voltando, como a nossa Constituição Federal permite, além da nossa Constituição Federal, nós temos a nossa resolução estadual e a nossa instrução técnica do Corpo de Bombeiros, em que participamos na elaboração disso aqui. Quando se fala em proibição de fogos de estouro de estampidos, nós consideramos que cabe, em nível de DCBéis quando se fala, por exemplo, de estampido, ao Inmetro regulamentar. Só que os fogos de artifícios atualmente são produzidos a 580 km daqui, na cidade de Santo Antonio do Monte, em Minas Gerais, onde temos o orgulho de ter o único laboratório de teste físico e químico da América Latina. Todos os fogos expostos, nas prateleiras dos comércios, passam por um exame físico e químico. Nós temos a nossa própria legislação aqui, que já proíbe, por exemplo, o uso de chumbo nos fogos de artifícios. Não é permitido em nosso país. Para isso já existe esse laboratório do Senai juntamente com o Inmetro. Já é feito teste de todas as formas, a parte física, a parte de soltura e a parte de arrebetamento. Agora esclarecendo para vocês também, este projeto a respeito de fogos ruidosos. Atualmente, nós não temos fogos sem ruído. Não existem fogos sem ruído. Quando se fala que lá fora temos fogos sem ruídos, nós não temos. Não é ladainha não, eu trabalho há 30 anos com fogos de artifícios. Não existem fogos de artifícios sem ruído! Todos os fogos de artifícios têm que ter a carga de propulsão, que é a pólvora negra, que dá o estampido, e logo após ser lançado o artefato tem de ter a carga de arrebetamento, que se chama flash power, ela também dá o estampido. Não tem como você distinguir qual é o estampido e qual é o colorido, porque todos eles têm a carga de arrebetamento e a carga de propulsão. Os fogos de estampidos são produzidos por meio de pólvora branca. Essa pólvora é feita para... eu respeitei os outros falando aqui, eu só peço um pouco de consideração.” (Manifestação intensa na galeria). **O Ver. Lisandro manifestou:** “Acredito que é público e notório quando o discurso das pessoas



# Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 16

favoráveis ao projeto foi prejudicado. Mesmo assim, o tempo do atual presidente Assobradi não foi tão prejudicado, acredito que o meu discurso mesmo foi sob batuque. Acredito que o processo está sendo justo.” **O Sr. Eduardo retomou a palavra:** “Por favor, um pouquinho de silêncio. Eu já vou terminar. Muito obrigado. Também nós temos outra dificuldade, além da dificuldade maior que é distinguir fogos de artifícios de estampido com fogos de tiro eu já tive como exemplo, lá no município de Santos houve um projeto de lei que se tornou lei que, infelizmente, tivemos de entrar na Justiça, porque consideramos inconstitucional, concedeu-nos a liminar e depois nos concedeu a sentença, derrubando a lei. Mas antes quando esta lei estava prevalecendo, eu também trabalho com show pirotécnico, eu estive no jogo do Santos, na abertura do campeonato Paulista o qual fui informado que não poderia usar fogos de estampido. Tanto a Federação Paulista, quanto o próprio Santos deixaram bem claro para mim que não poderia usar fogos de estampido. Eu não utilizei fogos de estampido. Separei cuidadosamente os fogos para serem utilizados lá no Estádio do Santos e para meu conhecimento posterior ao jogo do Santos, o prefeito de Santos chegou à cabine do presidente do Santos e criticou por que ele estaria desobedecendo uma lei estadual? Na verdade, eu só usei fogos coloridos e usei fogos crepitantes, que chamam aqueles estalos. Só que quando a câmera focalizou, focalizou o campo. E não focalizou onde estavam os fogos. Mas eu na minha dúvida, filmei toda a queima de fogos, para provar que eu não estava usando fogos de estampido. Só estou dando isso como exemplo para vocês saberem como é difícil a pessoa saber qual é o fogos de estampido e qual é fogos de ruído. Se vocês proibirem os fogos de ruídos, na verdade, vocês estão proibindo todos os fogos de artifícios. Não existem fogos sem ruídos. Outro exemplo também: hoje o nosso segmento é submetido a várias leis. Hoje todo comerciante, ou a pessoa que vai realizar show pirotécnico ela precisa de uma parafernália de licenciamentos. Está ok? Por exemplo, se por ventura este projeto for aprovado, como o Executivo vai poder regulamentar esta lei? Vocês vão deixar o prefeito bem desconfortável. Por quê? Se existem duas leis federais, permitindo a fabricação, comércio, transporte e uso de fogos de artifícios, principalmente, o de estampido – ele é permitido –, a nossa resolução estadual 154/2011, também regula o nosso comércio. Todos os comerciantes aqui têm que ter a licença da polícia, tem que ter ..., (alguém na galeria interrompeu o orador) por favor, eu só estou esclarecendo o projeto de lei.” O Ver. Lisandro interveio e pediu respeito ao orador. **O Sr. Eduardo retomou a palavra:** “Como eu estava esclarecendo, todos os comerciantes para trabalhar com fogos de artifícios eles são submetidos a nossa resolução que ela já preza pela distância dos fogos de artifícios que podem ser soltos num recinto ou até num lugar aberto. Está ok? Essa legislação é bem rigorosa. Todos os comerciantes hoje têm de manter um distanciamento; a nossa legislação segue a lei federal. O Exército, no regulamento técnico 3 dele, já prevê a distância de segurança, conforme a regulação da ONU, da qual somos signatários. Então, as distâncias de segurança, que esses comerciantes obedecem, já estão especificada tanto na lei federal, quanto na nossa resolução estadual e nossa instrução técnica 30/2011 do Corpo de Bombeiros de São Paulo. Eles não estão trabalhando a termo. Outra, todo comerciante, na sua loja, tem que ter pela nossa legislação em São Paulo, um responsável técnico para poder responder a todos os questionamento que o consumidor quiser. Ele tem plenas condições de indicar o





# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 17

produto adequado para a faixa etária adequada e para o local adequado que vai soltar. Hoje, em todo país, não é só em São Paulo, não é permitido você soltar fogos, por exemplo, do lado de janelas, do lado de creches, do lado de postos de gasolina, de escolas, até de bares. Não é permitido. Falta seguir a lei. Todas as embalagens dos nossos fogos de artifícios já vêm especificadas as distâncias de segurança, a faixa etária e a maneira correta de utilizá-los. Voltando um pouco ao Executivo, o prefeito vai sentir desconfortável por quê? Como falei, todo esse aparato, a regulamentação, a pessoa precisa ter para trabalhar com fogos de artifícios. Vamos dizer que a prefeitura conseguiu apreender fogos de artifícios de uma pessoa que estava soltando-os. Como que ela vai fazer para apreender esses fogos de artifícios, se eles são permitidos pelas leis estadual e federal? E também, ele vai ter funcionário gabaritado para isso, treinado para isso? Onde ele vai depositar esses fogos de artifícios? Ele precisa ter um depósito legalizado. Eu acredito que a Prefeitura também, o prefeito vai se sentir desconfortável para poder cumprir uma legislação dessa. Falando em ruídos, vocês aqui estão tentando proibir os fogos ruidosos. Nós também fizemos alguns levantamentos, por exemplo: os fogos de artifícios são utilizados, normalmente, nos meses de junho e depois em dezembro. Esporadicamente eles são utilizados em comemorações. Por exemplo: se o Corinthians ganhar, logicamente, deve haver alguma comemoração, mas aqui em Suzano eu levantei hoje isso daí, vocês também têm três pedreiras situadas dentro do seu município. Eu só estou dando exemplo de o porquê a perseguição só com fogos de artifícios. Se é devido ao ruído, deveria se proibir tudo. Hoje nós temos essas três pedreiras, para vocês terem ideia, se quiserem depois eu dou até o nome das pedreiras, é fácil é só entrar no Google e o senhor vai ver, essas pedreiras utilizam produtos 1.1g. Pelos critérios da ONU elas são de alto poder de destruição. Os fogos de artifícios, por testes realizados e por critérios da ONU, eles são considerados como 1.4g, menos agressivos. No caso das pedreiras, normalmente as pedreiras detonam de 2 a 4 vezes mensais. Se você computar isso por ano, dá mais de quarenta e poucas vezes. Nós utilizamos, no máximo, em dois momentos e esporadicamente em algumas comemorações e por poucos minutos. Os fogos de artifícios, se o senhor for ver, por exemplo, um show pirotécnico, o maior show pirotécnico que nós temos em nosso país é o de Copacabana, que é feito no Reveillon, em balsas, a um distanciamento que a legislação permite, e demora 15 minutos. Então, quando você vê um show por aqui, acredito que no máximo de 5 a 10 minutos, a não ser que ele seja solto bem lento, aí demora mais. Também vou dar um exemplo sobre fogos de artifícios e a beleza deles. Nós tivemos na Espanha, há mais ou menos 5 anos, também projetos referentes a ruídos. Foi feito um estudo e na Espanha é o local onde se soltam mais fogos de artifícios do mundo. Em Valência há o Festival das Falas que só usam estampidos. É um dia inteiro só de estampidos e, no entanto, existe um certo controle sobre isso. E esse festival é considerado patrimônio da humanidade pela Unesco. Aqui no Brasil tivemos na Lagoa da Pampulha, ano retrasado, que também foi considerado patrimônio da humanidade. O Show de Luzes da Lagoa de Pampulha foi chamado de patrimônio da humanidade pela Unesco, e qual é a vantagem disso tudo? A beleza dos fogos de artifícios, porque nós queremos proporcionar é emoção e não desgraça. Então, foi mostrada a beleza dos fogos de artifícios e também foi mostrada a parte de turismo, que atrai a cidade, e a parte de



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 18

geração de renda que contribui muito com o município. Agora, comentando um pouco sobre as gravações que eu vi, as quais passaram aqui logo no começo. Vi gravações de acidentes, de explosões, também vi que eram somente fogos coloridos. Aquilo é totalmente impróprio. Hoje, pela nossa associação nós nos preservamos, nós ministramos cursos por todo o Brasil afora. Agora, nos dias 26, 27 e 28 eu estarei no Rio de Janeiro, onde irei ministrar cursos para cabos pirotécnicos. Porque nós entendemos que a melhor forma de controle é o conhecimento. Nós conseguimos diminuir drasticamente o número de acidentes no Estado de São Paulo, por meio de cursos de aperfeiçoamento para responsáveis técnicos dentro das lojas e para cabos pirotécnicos para poderem realizar o show, mas não o tipo de exemplos de show que vocês viram ali. Aqueles eventos são acidentes de fogos de artifícios. Aqueles são pessoas que não têm pleno conhecimento para soltar fogos de artifícios e, no entanto, ainda tentam ter mais conhecimento do que muita gente que trabalha com fogos de artifícios. Nesse caso, é um local errado, uma pessoa errada e sem tomar nenhum cuidado. Isso é perigoso! Chega o final do ano, nós fazemos campanhas, principalmente, nas praias para que as Prefeituras reservem locais apropriados nas praias para quem quiser soltar fogos de artifícios sem acidentes e sem deixar as pessoas à mercê de acidentes. Nós mesmos recomendamos, todo mundo que for soltar fogos de artifícios, contrate uma empresa idônea, contrate um cabo pirotécnico, porque ele sim, todo evento que for fazer, tem de tirar licença da polícia. E a polícia vai verificar o que ele vai soltar e onde ele vai soltar. Ele não pode soltar qualquer coisa em qualquer lugar.” (O Ver. Lisandro informou ao orador que ele tinha mais um minuto para concluir o seu raciocínio e disse-lhe que o tempo dele não fora prejudicado.) “A doutora comentou aqui sobre a Boate Kiss. Isso aqui todo mundo está ciente do que aconteceu na Boate Kiss, pegou fogo, matou um monte de pessoas. Essa é a nossa intenção, por exemplo, de dar cursos, porque lá na Boate Kiss, eu também fiz vários testes, e às vezes vocês não têm esse conhecimento, mas nós, no nosso país, temos fogos indoor. Tanto que a senhora pode ver quando vem esse conjunto Kiss, usa produtos indoor. Se fossem utilizados os produtos indoor, não pegaria fogo, mesmo que o forro fosse de espuma, que não fosse antichama. Os produtos indoor para serem aprovados pelo laboratório do Senai, você precisa por uma folha de papel a 30 cm em cima, essa chama tem que seguir 3 metros de altura e ela não pode pegar fogo. Então, na Boate Kiss, se utilizou esputinique, que é um produto feito a base de alumínio, que é solto na parte externa. Não é indicado para parte externa. Nós também fazemos eventos na parte interna e só podemos usar fogos internos: fogos indoor. Peço aos senhores vereadores que estudem bem este projeto, que levem em consideração todas as nossas alegações, das dificuldades que nós estamos tendo, respeito a opinião dos senhores, mas nós também temos a nossa e que não deixem passar este projeto por ser inconstitucional e por gerar vários desempregos. O que eu peço para você, que seria mais fácil para todos, é que façam uma regulamentação. Hoje nós já temos uma regulamentação estadual. O município poderia fazer uma regulamentação, restringindo mais. Como eu falei para os senhores não se pode soltar fogos na janela de uma pessoa. Peço aos senhores que pensem na hipótese de fazerem uma regulamentação e agradeço a atenção. Desculpem-me pela demora.” O Ver. Lisandro agradeceu as palavras do Sr. Eduardo Tsugiyama e



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 19

passou a ler as perguntas feitas pelos presentes na galeria para serem respondidas pelas autoridades presentes. **PERGUNTAS da Tamires** para qualquer um dos representantes dos fogos de artifícios: **1ª)** Depois de ver o relato de uma mãe de um autista, qual a resposta ou alternativa que vocês oferecem como opção para essas mães e famílias. **RESPOSTA do Dr. João Maurício Marques da Silva:** “Na realidade é assim, o que se busca é uma regulamentação e não uma proibição. Uma conversa que seja posta em pauta todas as situações das pessoas autistas, só quem tem uma pessoa portadora especial na família sabe a dificuldade que nós temos. Isso envolve tanto o Município, o Estado e a União. O que nós queremos é uma conversa, e não uma proibição. Ouvir como eu ouvi de algumas pessoas, ah eu não gosto de fogos de artifícios e por isso eu sou contra, é uma coisa muito abrupta que vai contra a democracia. É uma atividade regulamentada e o objetivo é que nós possamos conversar para chegar a um resultado comum. Muito obrigado.” **2ª)** Vocês têm ideia do número de atendimento nos hospitais por causa dos acidentes com fogos de artifícios nas festas de final de ano? **RESPOSTA do Sr. Douglas Moreno:** “Boa noite, Tamires. Isso é comprovado cientificamente em vários exemplos, cem por cento hoje dos fogos de artifícios que é comprado, claro nenhuma empresa credenciado que sabe dar uma orientação exata para o cliente, ele vem com a orientação. E a própria pessoa que vende dá orientação. Nenhum fogos de artifícios, muitas pessoas já viram pessoas soltando na mão como acabamos de ver no vídeo, fogos de artifícios não podem ser soltos pela mão. Na própria embalagem vem uma base de lançamento, que orienta a pessoa que está utilizando, por nessa base e afastar-se a uma distância de no mínimo 25 metros. Então, hoje 100% dos acidentes com fogos de artifícios é de erro humano, não é erro dos artefatos. Se seguir todas orientações que o lojista passa e que existem nas embalagens, posso garantir de que o acidente não vai ocorrer.” **RESPOSTA do Sr. Eduardo Tsuguyama:** “Desculpe-me ultrapassar um pouco o tempo, mas o senhor pediu sobre levantamento. O uso de fogos de artifícios, o último levantamento que temos é do hospital de queimados do Tatuapé. Eu não sou daqui, mas estou só exemplificando para a senhora que o índice de queimados e acidentados, mesmo que a população esteja crescendo, com fogos de artifícios diminuiu drasticamente. Este é o levantamento do Hospital de Queimados do Tatuapé, se não me engano foi de 2012.” **O Ver. Lisandro leu o comentário do Sr. Paulo Costa de Guarulhos, da ONG Odepa:** “O advogado e comerciante de fogos alega que a Câmara não tem prerrogativa de legislar sobre esta matéria. Reforça que nos 2000 essa mesma justificativa foi usada na cidade de Guarulhos no projeto que proíbe rodeios e circo com animais e por coincidência mantém a lei vigente desde o ano 2000. Outro comentário do Sr. Paulo, em Guarulhos esse mesmo projeto está em trâmite e conta até o presente momento com 20 votos dos 34 vereadores. Ele relembra que o atual prefeito é favorável ao projeto. Há outro comentário do Evandro Neves, da Vila Urupês, representante do Movimento MBL. – Fala fora do microfone inaudível. – Estou lendo todas as perguntas, sem exceção. Dr. Sandro Rollo, na verdade não é uma pergunta: não há problema, segundo a análise do Evandro Neves, recorrente de fogos; e a questão dos animais é do próprio dono do animal. Não seria mais interessante deixar o empresário dos fogos de artifícios gerando renda continuar gerando empregos no município de Suzano e nas datas específicas como Ano Novo,



# Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 20

futebol, etc., cada cidadão cuidar do seu animal?” **RESPOSTA do Dr. Sandro Cavalcanti Rollo:** “Primeiro que não são só em algumas datas que soltam fogos. Em algum momento as pessoas em comemoração soltam fogos. A questão econômica não pode ser justificativa, porque nós também podemos utilizar, acho que todo mundo, acredito eu, que são contra briga de galo, geraria também economia. Seria interessante? A pessoa perguntou seria interessante ouvir, eu debato, eu converso depois. Outra coisa, muitas pessoas aqui hoje que contestam a gente tentar reconhecer uma dignidade além da gente, poderia estar numa situação que os seus próprios direitos estariam sendo restringidos. Então, temos de nos colocar no lugar do outro também. A questão dos fogos, eu entendo, as pessoas gostam do barulho, mas temos de pensar que isso prejudica outros seres. Então, essa questão falar que depende do dono, isso não é verdade, porque cada animal acaba reagindo de uma maneira. A gente esquece que vários animais são abandonados. E quem vai protegê-los? Ninguém. Eles vão sofrer. Isso aqui que a gente está dizendo vocês podem discordar. É só estudar e o que diz a literatura médica veterinária. Não adianta gritar, berrar dizendo que não acontece nada. Acontece.” **PERGUNTA do Sr. Dener Charles Cardoso,** Vila Amorim, que representa a loja Nas Alturas Fogos: “Se estivesse tão preocupado com os autista, a APAE está da mesma forma há mais de 30 anos sem estrutura, sem verba e quase falida. Quem está preocupado com a APAE? **RESPOSTA do Ver. Lisandro Frederico:** “Queria lembrar que esta Casa de Leis, no início do ano, aprovou a subvenção da APAE, uma proposta do Executivo Municipal e como todos sabem, recursos desse tipo precisam de autorização do Executivo. Então, se alguém estiver desconfortável com isso, a Prefeitura e não a Câmara é o lugar mais adequado para reivindicar esses direitos. Como eu disse, a Câmara aprovou esse projeto no início do ano. Estou no meu tempo ainda, vale completar a informação que a Débora acabou de fornecer, que foi até um equívoco meu, quem cuida de autismo em Suzano é o CAPS e não a APAE.” O Ver. André Marcos de Abreu pediu a palavra e perguntou se os vereadores poderiam fazer perguntas também. O Ver. Lisandro respondeu-lhe que sim, a qualquer momento, porém ele iria concluir primeiro as perguntas e depois passaria a palavra. Eu não entendi a pergunta, mas vou lê-la como está aqui. **PERGUNTA da Cinthia** aos representante dos fogos: “Quais as garantias que vocês dão dos comerciantes ilegais que estão acompanhando vocês?” **RESPOSTA do Dr. João Maurício Marques da Silva:** “Eu entendi a pergunta, e respondendo de maneira rápida, a questão da fiscalização desse comércio clandestino cabe ao Exército. Perdão, cabe à Polícia Civil. Foi correção do Douglas, enfim, estamos brigando pelas empresas regulamentadas que geram emprego ao município e que elas não estimulam esse comércio irregular. Esse comércio irregular pode ganhar muita força em nosso município, a partir da proibição desta lei. Porque, infelizmente, até hoje quando é feita uma denúncia, como eu fiz, aqui não tem poder suficiente regulamentador e fiscalizador para ir lá e apurar alguma irregularidade.” Ver. Lisandro: “Apenas em caráter de complemento à fala do Doutor, como autor do projeto, eu tive cuidado da influência que iria ocasionar nas empresas que vendem fogos no município. Tanto é que recebi os representantes aqui da cidade e questionei a Secretaria de Desenvolvimento Econômico sobre as empresas. E a informação oficial é que há 3 empresas regulamentadas no município.” **PERGUNTA, Sr. Douglas:** “Lisandro,





# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 21

apenas três empresas? Três empresas geram muito lucro, muito emprego. Apenas, não. O senhor, por favor, três empresas não. Apenas uma empresa regulamentar precisa ser respeitada.” Ver. Lisandro: “O que acho curioso, doutor, eu não tive oportunidade de visitar a empresa de vocês, mas é nítido e notório tanto no Facebook quanto aqui na Câmara tem uma expressividade muito maior do que três empresas. Isso é o que temos oficial no município. **PERGUNTA da Bárbara**, do Conjunto Residencial Iraí, para os representantes dos fogos: “As empresas dependem, atualmente, somente das vendas fogos? E como as empresas podem se adaptarem ao mercado após a proibição?” **RESPOSTA do Dr. João Maurício Marques da Silva**: “Em primeiro momento a questão do Facebook é muito relativa, nós temos um abaixo-assinado com mais de 1.200 assinaturas. Tudo depende de que lado você está. Em segundo momento, essas empresas trabalham exclusivamente, porque dependem de uma regulamentação do Exército. Eu convidaria vocês a comparecerem a uma dessas lojas e verificarem a documentação. Não se pode ter outra prática de comércio nesse local. A proibição vai gerar o desemprego e vai fechar essas empresas regulares no município. Então, resumidamente, não há o que se fazer. Ou você vende fogos, ou você vende fogos.” **RESPOSTA do Sr. Douglas Moreno**: “O fato de proibir, no meu ponto de vista, um fogo de estampido de uma loja legalizada fazer o comércio é a mesma coisa proibir a venda de pão numa padaria. Não tem nexos. (aplausos) Ver. Lisandro: “Vamos prosseguir com a Audiência. Só para eu conseguir fazer uma consideração do meu comentário, de nenhuma forma eu quero menosprezar a atividade de vocês, tanto que tive o respeito de recebê-los e fazer a consulta ao Desenvolvimento Econômico. Da mesma forma que existem três empresas em Suzano, a estimativa é de que na cidade haja 200 crianças autistas nesse segmento sofrendo com os fogos. E como eu falei no início do discurso a página Suzano Hoje, promoveu de forma surpreendedora uma enquete agora no final da tarde, que até uma hora atrás, 411 votos a favor do projeto, contra 170 contrários ao projeto. Dando prosseguimento, previamente o Ver. André Marcos de Abreu pediu a palavra. **Com a palavra o Ver. André Marcos de Abreu – Pacola**: “Senhor Presidente, em nome de Vossa Excelência, quero cumprimentar a todos da mesa, público presente, senhores vereadores, imprensa, boa noite a todos. Serei breve, Senhor Presidente. Confesso que não iria usar este espaço aqui, mas me senti meio que na obrigação depois de ouvir tantas autoridades e tantas pessoas importantes do meu município, brigando por esta causa. Eu queria aqui falar deste vereador, Senhor Presidente. Posso chamá-lo de presidente, porque é o presidente da Comissão. Este vereador, aproximadamente há um ano e meio entrou com um projeto de lei nesta cidade para que tudo o que fosse arrecadado no município de Suzano, referente à Zona Azul, que 5% do valor arrecadado da Zona Azul fosse doado à APAE de Suzano. Então, vocês vejam bem, estou aqui, estava observando a reação dos presentes, de muitas autoridades. Estive numa ocasião na APAE e pude presenciar, aproximadamente, 360 crianças que não têm voz; que não votam e que estão lá necessitando de ajuda. Então, hoje eu vejo um grande público. Eu vejo a favor e vejo contrários. Só que na época do meu projeto, foi matéria de quase todos os jornais da região, eu não vi esse povo, esse mesmo



# Câmara Municipal de Suzano

Estado de São Paulo

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 22

que está brigando por essa mesma causa, brigando pela APAE não! Desculpem-me, estamos aqui discutindo animais, esquecendo o ser humano. Estamos aqui

nesta Casa, para este vereador, está existindo simplesmente a inversão de alguns valores. Poxa! Eu acho que o animal tem de ser bem tratado sim, mas o ser humano também. E esses mesmos que estão aí gritando, manifestando eu não os vi quando o meu projeto APAE estava aqui, que estava cheio de cadeirantes sem voz aqui. Então, não é discurso político. É minha indignação, porque é muito simples chegar aqui, virem aqui, muitos estão gritando e nem sabem o que estão gritando, gente! Temos de ser maleáveis, escutar. Cheio de autoridades em poucas oportunidades na minha vida, como vereador, durante quase cinco anos, vi tantas pessoas tão bem formadas. Lógico que tem de ter o favor e o contrário. Então, fica aqui a minha indignação, Senhor Presidente. Não estou aqui para discutir o A ou B não. A minha indignação com o ser humano. Estou já convidado vocês que estão presentes, inclusive juízes, promotores a virem participar, porque estou retomando o meu projeto da APAE. Aí sim, virem a uma causa justa. Porque o ser humano, eu não sei, não entendo, vamos ser justos e corretos. Temos de defender o animal é lógico, mas também temos de pensar na classe trabalhadora, nos desempregados que vão ter já, já aí. Vou fazer o convite para todos vocês, quando eu retomar o projeto da APAE que vocês estejam também presentes. Muito obrigado e boa noite.” **Ver. Lisandro:** “Obrigado, Vereador Pacola, e vamos dar continuidade à Audiência e vamos passar para as considerações finais. Cada representante terá um minuto para falar. **Com a palavra o Dr. João Maurício Marques da Silva:** “Lisandro, eu tinha comentado aqui, pedi à Mesa um minuto para contestar uma informação que foi passada sobre inverdades do que eu teria dito. Não vou entrar no mérito, só gostaria desse um minuto, antes da minha consideração final. É coisa rápida. Senhores Vereadores, foi dito que este advogado, representante da OAB, faltou com inverdade ao mencionar artigos da Constituição Federal. Foi essa a palavra que havia pedido. O artigo 22 da Constituição Federal é muito claro. Diz: compete: privativamente a União. Espero que vocês verifiquem a assessoria jurídica de vocês para que não seja rasgada a Constituição Federal nesta Casa. Eu estudei cinco anos e milito há dez anos e não venho aqui para falar inverdades. Posso ter opinião contrária ou favorável, mas a minha fundamentação técnica é exata. Compete privativamente à União falar sobre direito civil e comercial, que é a atividade que estou representando aqui e também sobre a parte de material bélico. Se os senhores não tiverem cópia da Constituição, no gabinete dos senhores, eu farei questão de entregar em um por um de vocês, porque eu não quero que nesta Casa seja rasgada e que não seja chamado, por outros termos, como mentiroso este advogado. Para a minha consideração final, primeiro, Vereador, estarei presente à votação da APAE. O que o senhor precisar de apoio legislativo terá comigo. Senhores Vereadores, pensem, pensem sobre esta atividade! É uma atividade regulamentada que não são apenas três empresas. Nós temos aqui, não foi cabide de campanha política para querer por qualquer pessoa aqui dentro. Nós estamos falando de uma atividade lícita, que não pode ser desconsiderada por esta Casa. Obrigado e boa noite.” **Com a palavra Sr. Douglas Moreno:** “Observando o que a doutora Ariana falou, a respeito das distâncias. Doutora, acho que para que a senhora possa compor esta mesa acho que a senhora deveria, ao menos, e como



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 23

doutora, ter estudado um pouquinho mais a respeito da lei. Porque existem, dentro do nosso decreto, as distâncias mínimas que já têm de ser adequada para ter uma loja, adequada para fazer um show e adequada para soltar qualquer tipo de artefato pirotécnico. Eu não vou entrar na questão da Boate Kiss, pois o nosso amigo Eduardo já falou. Então, esse tipo de distância, nós já temos no nosso decreto.” **Com a palavra o Sr. Eduardo Tsugyama:** “Antes de mais nada, gostaria de deixar bem claro para vocês, principalmente, para o pessoal da proteção dos animais, no nosso segmento nós não somos inimigos. Nós temos que aprender a conviver. Por isso que eu luto por uma regulamentação. Eu acho que se a gente conseguir por uma regulamentação aqui em Suzano, seria ideal para todo mundo. Hoje, os animais têm muitos direitos, os autistas, nós não queremos prejudicar ninguém, tão pouco, somos inimigos. Acho que aqui está se travando uma batalha que não se leva a nada. O que nós queremos mesmo é que haja uma regulamentação que satisfaça a todos. Muito obrigado.” (aplausos) **Ver. Lisandro disse:** “Obrigado, Eduardo Tsugyama, compartilho com suas palavras, acho que o momento é importante, nós não temos inimigos, mas sim talvez interesses neste momento diferente que a Audiência Pública tem a finalidade de debater esses interesses para que, felizmente, os nobres pares desta Casa possam tomar a melhor decisão. O objetivo aqui é explanação de ideias e não montar qualquer tipo de confronto. A próxima falar é a psicóloga e musicoterapeuta do CAPS infanto-juvenil entrelaços de Suzano. **Com a palavra, Débora Priscila Panhoto:** “Eu só gostaria de esclarecer algumas coisinhas. Quando falam da pessoa com deficiência é que o autismo ele tem duas perspectivas: uma da ordem da deficiência e outra da ordem da doença mental. O CAPS, Centro de Atenção Psicossocial, que atende a infância e adolescência, ele trata da doença mental. A gente tem uma equipe multifuncional, é um órgão da Prefeitura, da Secretaria Municipal de Saúde. Nós temos psicólogos, psiquiatras da infância, enfermeiros, fono, farmacêutico, temos uma equipe que vem dando o melhor desse atendimento. A questão é que os fatores ambientais pesam muito, por mais que a criança esteja muito bem assistida com medicação, com terapias, ela estando numa situação ambiental que provoque essa dor, que ela sente por causa da hipersensibilidade auditiva, ela vai sentir. De qualquer forma, torço para que fique tudo bem, que encontre um caminho do meio. Um abraço a todos.”(aplausos) **Com a palavra a Dra. Alessandra Digenova:** “Gostaria de finalizar, comentando que uma vez que nós temos os nossos olhos voltados para os animais, não só estamos cuidando deles, mas também do ser humano, que pode ser atacado por um cão agressivo. Ele pode causar atropelamentos, acidentes de trânsito. Então, nós estamos olhando sim pelos nossos animais em sofrimento e também estamos cuidando do ser humano. Muito obrigada.” O presidente passou a palavra aos vereadores. Não havendo manifestação, convidou o juiz de direito para falar. **Com a palavra o Dr. Sandro Cavalcanti Rollo:** “Quero agradecer o convite novamente, as pessoas que ouviram a gente. Quero dizer que este projeto de lei está conforme a Constituição. O artigo 23 da Constituição diz que cabe à União, aos Estados, aos Municípios e Distrito Federal proteger a fauna. Se a União e o Estado não estão fazendo, que o município faça, isto também está na Constituição. Também queria dizer que quando a gente não protege os animais está protegendo as crianças com deficiência, isso não é verdade. A prova disso é muito fácil, vamos matar, então,



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 24

todos os animais. O que vai acontecer com as crianças, vai melhorar alguma coisa? Isso é uma falsidade. Duas lutas justas, crianças com deficiência, com necessidades especiais e os animais. Diminuir uma luta não aumenta a outra. Temos de lutar pelos dois. Obrigado.” (aplausos) **Com a palavra a presidente da Comissão de Proteção e Defesa Animal da 55ª subseção da OAB, Dra. Ariana Anari Gil:** “Primeiramente, eu queria fazer uma retificação, porque não podemos deixar que o público entenda de maneira diversa. O Dr. Maurício disse aqui que está representando a OAB, isso não é uma verdade. Quem representa a OAB, são dirigentes eleitos, que no caso eu sou dirigente eleita e vim aqui representando o presidente da OAB e a comissão. No mais, ao Sr. Douglas que disse que eu preciso estudar, quem precisa estudar é ele, que está vendo Direito como Matemática. Direito não é Matemática. Eu não falei aqui, Douglas, numa questão de direito a questão de distância. Estou aqui buscando a justiça, a vida e a dignidade humana daquelas crianças que estão ali do lado. É isso o que busco. E eu gostaria de fazer uma ressalva, Vereador, que a minha fala foi no sentido da saúde única como um todo. Eu não só estou aqui pelos animais. Estou aqui pelos seres humanos e pelo meio ambiente, porque senão aqui não estaria. E os projetos da APAE eu apoio sim, porque sou pelas causas sociais.” **O Ver. André Marcos de Abreu, questão de ordem:** “Ela citou meu nome eu quero direito à resposta. Tenho o direito de fazer as considerações finais.” O Ver. Lisandro passou-lhe a palavra. Com a palavra Ver. André Marcos de Abreu: “Eu nem ouvi direito, só queria lembrar a senhora que este vereador quis dizer que este projeto, devido ao barulho, não deu para ouvi-la. Este meu projeto também se tornou inconstitucional em Suzano. Quando quis me direcionar não fui aí fazer politicagem não. O mesmo valor que o ser humano está dando para este projeto, que dê para o da APAE também. É só isso. Obrigado.” **O Ver. Lisandro concluiu:** “Tendo em vista que já foram feitas inúmeras réplicas aqui, tem algum representante dos fogos reivindicando o direito de fala, mas como esta Audiência está sendo transmitida pelo youtube, e é gravada, qualquer pessoa que quiser reconciliar ou considerar os comentários aqui podem assistir pelo youtube. O advogado Maurício Marques da Silva pediu para reconsiderar se por ventura ele disse que representa a OAB ele faz uma reconsideração agora. O objetivo desta Audiência Pública foi concluído. Os representantes desta mesa foram previamente inscritos, os nomes foram fornecidos pelos membros dos fogos, considerando que teve liberdade de escolha e quantidade de representantes. No entanto, os que confirmaram presença até o dia de ontem, quando compusemos esta mesa são os que estão aqui. Quero agradecer a todos, e dizer que apesar do cenário, às vezes, um pouco inflamado, o momento de hoje, como disse o Vereador Pacola, para Suzano é importante porque mostra esta Casa Legislativa exercendo a função dela, que é debater ideias, mesmo que sejam de interesses contrários. O objetivo desta Audiência não é definir o projeto, mas sim elucidar esta proposta para os vereadores, a fim de que a gente possa fazer uma votação, que atenda melhor os dois lados que foram explanados aqui. Quero agradecer a presença de todos e informar que as sessões da Câmara acontecem todas as quartas-feiras, às 18 horas. Reiterando o que o Vereador Pacola disse, é muito importante essa presença maciça da população para apoiar os projetos desta Casa Legislativa. Obrigado e boa noite.” Nada mais





# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

www.camarasuzano.sp.gov.br  
e-mail: camara@camarasuzano.sp.gov.br

Página 25

havendo a considerar, às 22h17 o Ver. Lisandro Luis Frederico encerrou a presente Audiência Pública.

Obs.: Audiência Pública feita por transcrição do áudio. (Nota da Taquigrafia)

**Plenário FRANCISCO MARQUES FIGUEIRA, em 19 de setembro de 2017**

**VER. JOSÉ IZAQUEU RANGEL – ZAQUEU(PSDB)  
Presidente**

**Ver. Lisandro Luis Frederico – PSD (Lisandro da ONG PAS)  
Presidente  
da Comissão de Proteção e Bem-Estar Animal**

**Ver. Antonio Rafael Morgado - PDT  
(Prof. Toninho Morgado)  
1º Secretário**

**Ver. Max Eleno Benedito – PRP  
(Max do Futebol)  
2º Secretário**